

**“The brave new world of work”:  
do fordismo à sociedade pós-industrial**

The word *new* is a suspect word, the favored adjective of advertisers. Yet in the last twenty years profound changes in material life have occurred, changes that a score of years ago it was hard to foresee. Then, the great corporate bureaucracies and government hierarchies of the developed world seemed securely entrenched, the products of centuries of economic development and nation-building. Commentators spoke of “late capitalism” or “mature capitalism” as though earlier forces of growth had now entered an end-game phase.

Richard Sennett

Para entendermos o ambiente em que surgem os discursos sobre emprego, empregabilidade, performance, desempenho etc., é preciso entender o contexto do trabalho, hoje, no Brasil e no mundo. Muitos destes discursos são formados por este contexto, ao mesmo tempo em que os formam, uma vez que fornecem regras e formas de procedimento que regem a conduta das pessoas em relação ao mundo que as cercam. Neste capítulo, vamos discutir dois aspectos da problemática do trabalho e dos discursos modernos e pós-modernos sobre o período atual das sociedades ocidentais. Os pontos serão os seguintes: (1) apresentar, de forma esquemática, as explicações-comuns, oriundas sobretudo do campo macro-econômico, para o momento atual do sistema econômico; e (2) situar estas explicações no campo do debate entre “fordismo” e “pós-fordismo”.

### **Rupturas e transformações na ordem econômica mundial:**

#### **Esboço sobre os últimos 40 anos**

A partir do final dos anos 60, a desorganização das bases institucionais do desenvolvimento capitalista impulsionou um maior acirramento na competitividade das organizações mundiais (Pochmann, 2001). Esta competitividade, que até esta data eram baseadas nas grandes séries a baixo custo, começa cada vez mais, no curso dos anos 70 em diante, a ser submetida a pressões de *qualidade e diferenciação*. A primeira vai de mão dada com a segunda no sentido de que, com o fim da produção em massa (e do consumo de massa, padronizado), as demandas dos consumidores e dos mercados se tornaram mais precisas, mais diferenciadas e mais diversificadas (Coriat, 1995). Assiste-se, assim, a partir dos anos 70, a uma *ruptura* no padrão de consumo e no padrão de produção que não mais se basearia na estandardização e na serialidade. Coriat (1995) é claro em intitular essa ruptura de *crise*, a crise do modelo de produção que encontrou no fordismo sua mais alta expressão. Mas, diversos outros fenômenos foram ocorrendo desde o final dos anos 60, e podem ser explicados desde uma óptica “macroeconômica”, por assim dizer.

Há dois grandes blocos de motivos que, segundo Pochmann (2001) e Dupas (1999), explicam a modificação no sistema produtivo global, com o resultante acirramento da competitividade. Em primeiro lugar, o esgotamento do padrão de industrialização norte-americano, que ocorreu paralelamente ao esvaziamento do poder hegemônico dos Estados Unidos na década de 70 e 80, não sendo superado por nenhuma outra nação com igual capacidade regulatória e de produção. Com o desmonte do bloco soviético, a retomada americana no final dos anos 80 levou este país a assumir uma posição de liderança, fundada no poder econômico, militar e tecnológico, direcionando os fluxos de capitais e as novas tecnologias – sobretudo tecnologias de microinformática e comunicação. O segundo grupo de motivos foi o desaparecimento da repressão financeira que forçava, até antes do desmoronamento do Sistema Fi-

nanceiro Internacional, fundado no acordo de Bretton Woods, a maior valorização produtiva do capital e o compromisso do pleno emprego, por meio das políticas keynesianas. Como reforça Pochmann (2001), “A globalização financeira, que combina o desenvolvimento de inovações financeiras com informatização dos mercados, potencializa o volume de transações de curto prazo, pressionando a eliminação de controles cambiais, a liberalização das taxas de juros e a desregulamentação bancária” (p. 26).

Uma outra particularidade da produção capitalista entre os anos de 1976 a 1996 foi uma mudança no comércio mundial de produtos. Para se ter uma idéia, os bens com médio e alto conteúdos tecnológicos passaram de 33% para 54% no total das exportações, enquanto que os produtos com baixo conteúdo tecnológico e provenientes do setor primário foram reduzidos de 55% para 31% no montante das exportações (Pochmann, 2001). Hoje, em pleno século XXI, a produção não se restringe à produção de materiais ligados *estritamente* à sobrevivência, nem tampouco de bens físicos mensuráveis e palpáveis. Como veremos adiante, abre-se espaço para a produção de símbolos, de produtos com alto “valor simbólico agregado”. Pense-se, por exemplo, na computação (*hardware* e *software*), transporte aéreo, aviões, *soft-drinks*, *fast-food*, microcondutores, produtos farmacêuticos (desde anti-térmicos até anti-depressivos), telecomunicações, moda, transgênicos, produtos *lights*, *diets*, mídia, entretenimento, alimentação, publicidade, propaganda, *marketing*, consultorias nas mais diversificadas áreas, serviços relacionais, dentre tantos outros setores da vida subjetiva e material contemporânea.

Este breve panorama apresentado acima, relativo à situação presente da economia mundial, parte do pressuposto de que transformações ocorreram no modo de produção capitalista vigente até pelo menos o fim dos anos 60. O que foi descrito não foge muito do que muitos economistas, no Brasil e no mundo, apresentam sobre a temática<sup>1</sup>. Quatro grandes eixos se sobressaem dentro destas análises sobre o mundo atual: mudanças no mercado (mundialização, fluxos de capitais desregulados), mudanças nas empresas (descentralização, transnacionalização, fusões, especializações tecnológicas e fragmentação produtiva), mudanças no emprego (flexibilização, informalização, precarização) e mudanças nas políticas dos Estados nacionais (desregulação das políticas de intervenção, fim do keynesianismo, fins das fronteiras nacionais). Para efeitos de análise, vamos classificar estas transformações a partir de uma compreensão do que muitos autores chamam de “crise do modelo fordista-taylorista de produção” (Amin, 1997; Antunes, 1999; Dupas, 1999; 2000; Ehrenberg, 1991; Negri & Hard, 2001; Negri & Lazzarato, 2001; Pochmann, 2001).

---

<sup>1</sup> Além de Dupas (1999) e Pochmann (2001), apenas dois pequenos exemplos da vasta literatura sobre o tema, podemos destacar os trabalhos de Alban (1999); Boissonat (1998); Castells (1996); Ianni (1997); James (1997); Reich (1992); Rifkin (1995).

## **Abordagens atuais ao fordismo: entendendo o campo de problemáticas**

Segundo Amin (1997), há três grandes posições teóricas dominantes dentro do campo de debate sobre o pós-fordismo. Estas três posições são as seguintes: a abordagem da regulação (que também é apresentada por Peet, 1991), a abordagem da especialização flexível, e a abordagem neo-shumpeteriana. Cada uma destas três oferece uma estrutura teórica desenvolvida a fim de subsidiar e explicar a afirmação de que a era da produção de massa (ou fordismo) está sendo desafiada, e antecipa o caminho de um novo conjunto de princípios organizacionais a fim de assegurar uma nova e longa onda de crescimento econômico. A seguir vamos acompanhar a análise de Amin, uma vez que ela nos auxilia a ter clareza sobre os pontos de vista sobre as grandes “transformações” que se sucederam nos últimos anos e que teriam derrubado o modo de produção fordista, com todos os elementos que o sustentavam, incluindo uma determinada forma de organização trabalhista, política e, obviamente, econômica.

### **A abordagem da regulação**

Segundo Amin (1997), esta abordagem teve início na França, nos anos 70, e foi refinada durante os anos 80, por economistas que procuravam explicar a dinâmica dos longos ciclos de estabilidade econômica e mudança. O objetivo dos primeiros reguladores franceses foi o de desenvolver uma estruturação teórica que pudesse explicar o paradoxo dentro do capitalismo, entre sua tendência hereditária em direção à estabilidade, crise e mudança, e sua habilidade de se recuperar e se estabilizar em torno de um conjunto de instituições, regras e normas que servem para assegurar um período relativamente longo de estabilidade econômica. Este esforço conceitual foi sustentado pela observação de que a estagnação do crescimento econômico na segunda parte dos anos 70 não equivalia apenas a um adormecimento cíclico, mas simbolizava uma crise generalizada das formas institucionais que orientavam a economia mundial do pós-guerra. O projeto, então, consistia em identificar as estruturas, os princípios e os mecanismos que sustentaram o regime que estava em vias de ser ultrapassado.

Para explicar a coerência sistêmica das várias fases do capitalismo, os teóricos da regulação lançam mão de alguns conceitos-chave que os auxiliam a identificar os mecanismos em ação dentro destas fases. Os conceitos são “regime de acumulação” e “modo de regulação”. O primeiro se refere a um conjunto de regularidades que operam ao nível da macroeconomia que permite um processo coerente de acumulação do capital (tais como taxas básicas de juro, regras industriais comuns, organização da produção e do processo de trabalho, assim por diante). O modo de regulação, por sua vez, se refere às

normas institucionais que asseguram a reprodução capitalista como tal, isto é, se refere às instituições e convenções que regulam e reproduzem um dado regime de acumulação em áreas tão vastas como as políticas do Estado, as filosofias de governo, os códigos industriais, as regras de negociação e de trocas e as culturas de consumo. Há outros três conceitos-chave usados pela escola da regulação, a saber: “paradigma industrial dominante”, ou “processos de trabalho” – que se referem aos modelos de organização industrial e do trabalho, incluindo a natureza das tecnologias, regras de administração, divisão de tarefas e regras de distribuição de renda. Outro conceito é o de “modo de desenvolvimento”, usado para denotar o padrão total de desenvolvimento dentro de uma economia, baseado no paradigma industrial, no regime de acumulação e no modo de regulação. E, por fim, o terceiro conceito é o de “modo de societalização” ou “paradigma societal”, referindo-se às séries de alianças sociais e processos hegemônicos de dominação que se insere dentro de um padrão ou modelo de integração de massa e de coesão social.

É com base nestes cinco principais conceitos que a abordagem da regulação tem procurado periodizar o desenvolvimento capitalista, explicando sua relativa estabilidade e a sistemática coerência, bem como suas crises estruturais. De acordo com este paradigma, a “era que passou” (compreendida entre os anos de 50 e 60) tem sido chamada de “Fordismo”, um termo cunhado para refletir os pioneiros métodos de produção de massa e de regras de administração aplicados por Henry Ford em suas fábricas de automóveis nos Estados Unidos entre os anos de 1920 e 1930. O fordismo é sintetizado como a era da “acumulação intensiva”, com uma “regulação monopolista” da economia. O carro-chefe da “acumulação intensiva” do fordismo foi representado pela dinâmica da produção de massa, baseada na detalhada divisão do trabalho e na mecanização, e nas várias formas de regulação ‘monopolista’ destinadas a manter esta dinâmica.

Segundo Amin (1997), a queda de crescimento econômico e as recorrentes recessões desde a segunda metade dos anos 70 são vistas, pelos teóricos da regulação, como sintomas da crise do fordismo. Eles resumizam esta crise em função de quatro variáveis: (a) diminuição dos ganhos de produtividade como resultado dos limites técnicos e sociais do fordismo (a resistência à organização fordista do trabalho<sup>2</sup> e a dificuldade de “equilibrar” linhas de montagem ainda mais longas e rígidas); a expansão da produção de massa leva a um aumento da globalização dos fluxos econômicos, o que torna difícil o controle nacional sobre os mesmos; terceiro, o fordismo faz aumentar os gastos sociais (os custos relativos do consumo de massa, levando a pressões inflacionárias e problemas distributivos); e quarto, o padrão de consumo mudou gradualmente no sentido de uma maior variedade de valores de uso (as novas demandas não podem mais ser satisfeitas por meio de uma produção padronizada, em massa). A palavra for-

---

<sup>2</sup> Basta mencionar o questionamento, por parte dos trabalhadores, de um tipo de controle deveras estreito sobre o trabalho (lembrar do filme “Tempos Modernos”, de Chaplin), feito através de um período de resistência operária intensa no fim dos anos 60 e início dos anos 70 (Coriat, 1995).

dismo, portanto, sintetiza, para os regulacionistas, uma dependência do crescimento da economia capitalista com base na dinâmica de setores de produção de bens como de setores de consumidores de bens. É a combinação entre acumulação intensiva e regulação monopolista (os trabalhadores eram, ao mesmo tempo, produtores e consumidores) que deram o nome de “fordismo” (Elam, 1997; Linhart, 1995).<sup>3</sup> A definição de fordismo, nesta perspectiva, e por respeito a Gramsci, em quem se inspiraram, engloba não só um paradigma industrial ou tecnológico, mas também um “modo de vida”.

Como relembra Elam (1997), os regulacionistas partem de uma associação entre teoria política marxista a tradição do institucionalismo, na tentativa de romper a compartimentalização entre vida política e vida social. Há então um deslocamento da análise a partir das abordagens da teoria do valor para uma maior preocupação com as formas sociais do capital. O determinismo tecnológico dos neo-schumpeterianos (como se verá abaixo) é substituído por uma relativa autonomia dada às formas institucionais, preenchendo o “tecnológico” e o “institucional” com um conteúdo essencialmente social. Ao contrário dos neo-smithianos, que subjagam a política e os dispositivos institucionais nas mãos do grande Mercado, os regulacionistas vêem os mercados como instituições que são, elas próprias, abarcadas por outras “instituições de limitação”.

Estas seriam as explicações que os teóricos da regulação oferecem sobre a crise do modelo fordista. Segundo eles, com o esgotamento deste modelo surgiria uma nova fase de acumulação do capital, um novo ciclo de estabilidade e crescimento, o que implica em mudanças nas atividades de regulação, nos paradigmas industriais dominantes, nas formas de sociabilidade e assim por diante. Em síntese, a crise do fordismo, ou o pós-fordismo, representa para os regulacionistas uma ruptura com os “compromissos de crescimento” (pleno emprego, aumento da demanda de consumo, sistemas de assistência) e com a “rede de proteção” estabelecida no período pós-guerra (o Estado de bem-estar social, ou as políticas keynesianas). Antes de apresentar o que poderia emergir – e o que emergiu – da crise do fordismo, vejamos a segunda abordagem ao fordismo.

### **A abordagem neo-schumpeteriana**

Esta abordagem não difere significativamente da anterior, a abordagem da regulação. Ela também acredita na natureza cíclica e sistêmica do desenvolvimento capitalista; na periodicização e dinâmica geral do fordismo; na significância do nível de conformidade entre o paradigma “tecnológico-econômico”

---

<sup>3</sup> O conceito de “fordismo”, relembra Elam (1997), foi dado pelos regulacionistas como homenagem a Gramsci, que foi quem concebeu, nos anos 30, as noções de “Americanismo e Fordismo” para o que ele percebia como uma nova “época” histórica ou “revolução passiva” que apareceu como uma categoria possível após as últimas ruínas do “Antigo Regime” na Europa.

(regime de acumulação) e a estrutura “sócio-institucional” (modo de regulação); e na estabilidade de uma “longa onda” ou “longo ciclo” de desenvolvimento econômico. A principal diferença entre ambas as abordagens é a ênfase que os neo-schumpeterianos atribuem aos padrões tecnológicos e técnicos como forma de iniciar, sustentar e separar as longas ondas individuais. Para estes teóricos, a transição bem-sucedida de um ciclo, ou onda, para outro é dependente, primeiro, dos “saltos quânticos” na produtividade industrial, assegurados uma vez que sejam conquistados avanços tecnológicos e estes sejam difundidos pela economia; segundo, é dependente de uma combinação de inovações dentro da estrutura de normas e regulações sócio-institucionais, a fim de facilitar tal difusão. Quando estas duas condições são satisfeitas, uma nova onda de crescimento é instaurada. “Inovações”, para esses teóricos, é sinônimo de novos produtos ou novos processos industriais. Incluem também novas formas de trabalho e de administração, novos setores de elevado crescimento, novas tecnologias de transporte e comunicação, entre outros.

Nesse sentido, para os neo-schumpeterianos, a era precedente, a da produção de massa, é minada pelas tecnologias eletromecânicas, pelos produtos das indústrias de consumo de massa e pelo óleo e o petróleo como fontes de energias baratas. Eles, de modo semelhante aos teóricos da regulação, vêem o fordismo como sinônimo de padronização, massificação, economia de escala, competição oligopolista e consumo de massa de mercadorias baratas. A economia da era do fordismo era organizada em torno de grandes corporações verticalmente integradas e hierarquicamente governadas. Os neo-schumpeterianos focalizam, mais do que os teóricos da regulação, as políticas do estado, que, sob a bandeira do keynesianismo, serviam para sustentar a ligação entre emprego, produção e crescimento econômico. Para eles, a crise se apresenta no descompasso entre um paradigma tecno-econômico emergente – que traria novo ciclo de crescimento – e uma estrutura sócio-institucional rígida, oriunda do paradigma anterior (fordismo). Os hábitos e a “inércia” derivados desta estrutura relutam em serem abandonados (como relações industriais, políticas de administração etc.), impedindo o crescimento.

### **Abordagem da especialização flexível**

Esta é uma abordagem das “divisões industriais”, que procura evitar uma ênfase sobre o papel das tendências estruturais gerais na vida econômica e social, e rejeitar uma descrição determinista da evolução e transição históricas. Nesse sentido, evita usar uma abstração teórica muito grande, tal como as duas abordagens precedentes. No coração desta abordagem está a idéia de que dois paradigmas industriais têm coexistido desde o século 19, sem que nenhum ou outro tenha, com base na eficiência econômica, exibido superioridade tecnológica ou uma dominação inevitável sobre o outro. O que ocorre é que, por razões históricas precisas e circunstanciais, um passe a limitar o outro, e se desenvolver com-

parativamente mais do que o outro (apesar de isso não significar o desaparecimento do outro). Os teóricos da especialização flexível identificam duas “divisões industriais”. A primeira encontra-se na virada do século, quando a emergência da tecnologia de produção de massa limitou o crescimento dos métodos de produção artesanal em várias regiões da Europa. Depois disso, particularmente depois dos anos de 1920, a produção de massa dominou os países líderes e as indústrias, e foi reforçada como um padrão pela introdução das políticas keynesianas designadas para sustentar e estabilizar a demanda. Como na abordagem da regulação, a garantia da norma do consumo de massa é vista como tendo uma significação crucial, e o Estado traçou uma série de medidas com o intuito de maximizar e equalizar a oferta e a demanda, sustentando o consumo de massa, estabilizando os preços, impedindo o sub-consumo etc.

O presente período, que vem desde a estagnação da economia mundial no início dos anos 70, é considerado como a segunda divisão industrial, uma abertura entre a produção de massa e a especialização flexível. Como afirma Nielsen (1991), a propósito dos pais desta abordagem, Piore e Sabel:

“Piore e Sabel<sup>4</sup> baseiam seu argumento numa distinção conceitual simples entre dois opostos da produção industrial: produção de massa e especialização flexível. “Produção de massa” envolve o uso de máquinas com propósitos especiais (produto-específicas) e de trabalhadores semi-qualificados para produzir bens padronizados, ao passo que a “especialização flexível”, ou produção artesanal, é baseada em trabalhadores qualificados que produzem uma variedade de bens customizados” (p. 12).

A especialização flexível se origina da crise das estruturas de produção de massa do fordismo nos EUA. Esta crise, segundo esses teóricos, está relacionada a dois desenvolvimentos. O primeiro diz respeito a mudanças no mercado, notadamente a estagnação da demanda devido ao esgotamento dos mecanismos regulatórios internacionais inaugurados com o acordo de Bretton Woods, e, sobretudo, devido às ameaças colocadas sobre o consumo pelo crescimento da demanda por bens não padronizados, não estandardizados. Estas foram as condições de mercado para a especialização flexível. O segundo desenvolvimento foi a emergência de tecnologias de manufatura não especializadas e altamente flexíveis, bem como práticas de trabalho flexíveis. Estas teriam sido as condições tecnológicas e de mercado que abriram espaço para a especialização flexível. Esta característica de produção flexível, que se adapta ao mercado produzindo bens altamente customizados, favorece as pequenas e médias empresas que podem ter uma relação mais estreita com o mercado e mais diversificada. Como aponta Sennett (1999), alguns outros elementos servem à especialização flexível, como as redes de computadores (facilitando e acelerando a comunicação e a produção); rápidas tomadas de decisões, com o sur-

---

<sup>4</sup> Piore, M. & Sabel, C. (1984). *The second Industrial Divide: Possibilities for prosperity*. New York: Basic Books.

gimento de equipes pequenas, não burocratizadas. “O ingrediente de mais forte sabor nesse novo processo produtivo é a disposição de deixar que as mutantes demandas do mundo externo determinem a estrutura interna das instituições” (p. 60). A especialização flexível, nesse sentido, seria a antítese do modelo de produção fordista.

### **Críticas às abordagens e novas propostas**

Cada uma dessas abordagens foram e são alvo de críticas ferozes. Para citar um exemplo, a abordagem da regulação é criticada em sua visão determinista da história, ao atribuir-lhe uma coerência sistêmica, funcionalista e lógica, apesar de admitir a contingência histórica nas modificações dos diversos ciclos produtivos. Os neo-schumpeterianos são criticados em seu suposto determinismo tecnológico, no sentido de que atribuem um peso considerável às mudanças induzidas por tecnologias, por comparação às mudanças induzidas social e organizacionalmente. Eles são criticados por subordinar o “sócio-institucional” ao “tecno-econômico”. Por último, os teóricos da especialização flexível têm sido criticados por sua lógica dualística, ao construir a teoria em torno de uma oposição (produção de massa *versus* especialização flexível) que, não apenas caricatura cada paradigma industrial, como também reduz uma grande diversidade de fenômenos dentro de cada paradigma (Amin, 1997). Outra crítica significativa a estes teóricos diz respeito a sua ingenuidade em acreditar na possibilidade de um retorno de larga escala do paradigma industrial artesanal, com base no fato de que as estruturas do fordismo ainda persistiriam e se adaptariam às novas circunstâncias, ao invés de simplesmente desaparecerem (tal como acreditam os teóricos da regulação).

Outros teóricos, como Neri e Hard (2001), analisam o fordismo como uma relação entre os atores econômicos. Para eles, o fordismo era caracterizado por um tipo de relação “calada” entre a produção e o consumo. “A produção em massa de mercadorias padronizadas na era fordiana podia fiar-se numa demanda adequada, e por isso tinha pouca necessidade de ‘ouvir’ o mercado” (p. 310-311). E segundo Neri e Lazzarato (2001), o fordismo se caracterizava por uma organização de “tempos e métodos” (baseada na ciência de Taylor) e por uma determinação das diferenciações de produtividade por meio de inovações produtivas (como fazia o empresário clássico, o schumpeteriano). Na mesma linha, porém dando destaque ao caráter “disciplinar” da sociedade fordista e taylorista, Ehrenberg (1991) menciona que o fordismo era baseado numa visão hierárquica fundada na “mística do chefe” (ou, na “mística do engenheiro”, no modelo taylorista), em que o operário era excluído da produção, já que este era uma figura de arruaça (o “homem-boi” tayloriano ou o “chimpanzé” fordiano), ou de indocilidade (a ociosidade operária).

Uma outra abordagem interessante ao fordismo, que não se enquadra exatamente em nenhuma das três abordagens acima apresentadas, mas que as tangenciam, é a oferecida por Castel (1998). Com ela cremos encerrar esta seção de apresentação do fordismo, sumarizando seus pontos principais. Castel cita outras cinco condições fundamentais do fordismo e do taylorismo. Esquemáticamente, são as seguintes:

1. “Uma nítida separação entre os que trabalham efetiva e regularmente e os inativos ou os semi-ativos que devem ser excluídos do mercado de trabalho ou integrados sob formas regulamentadas” (p. 420).
2. “A fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e a racionalização do processo de trabalho no quadro de uma ‘gestão do tempo exata’, recortada, regulamentada” (p. 425).
3. “O acesso por intermédio do salário a ‘novas normas de consumos operários’, através do que o próprio operário se torna usuário da produção de massa” (p. 429).
4. “O acesso à propriedade social e aos serviços públicos” (p. 432).
5. “A inscrição de um direito do trabalho que reconhece o trabalhador como membro de um coletivo dotado de um estatuto social além da dimensão puramente individual do contrato de trabalho” (p. 434).

Cada uma destas abordagens, as dos regulacionistas, dos neo-schumpeterianos e dos teóricos da especialização flexível, bem como esta logo acima de Castel, e muitas outras semelhantes que aqui não estão incluídas, estão enraizadas em diferentes tradições de pensamento, e generalizam suas conclusões a partir de diferentes níveis de análise. No entanto, olhando sobre todas estas abordagens aqui apresentadas, é possível constatar um certo consenso sobre as transformações que ocorreram no mundo nestes últimos 40 anos. Estas mudanças, como foi sumarizado acima, dizem respeito às formas de produção, de acumulação do capital, às formas de trabalho e emprego, de regulação social, de sociabilidade e às formas de administração por parte dos Estados. É importante, neste momento, nos dedicarmos a uma breve análise das conseqüências que tais transformações estão imputando no mundo de hoje em relação ao trabalho e ao emprego.

### **Pós-fordismo, neo-fordismo, “after”-fordismo, especialização flexível, sociedade pós-industrial, capitalismo tardio, novo capitalismo?**

Há muitos rótulos que tentam classificar a situação econômica e social que surge no início dos anos 70 e que tomou maior visibilidade nos dias atuais. Na seqüência, vamos discorrer sobre algumas das mais comuns e significativas transformações amiúde associadas com o pós-fordismo, isto é, com o período

em que as políticas fortista-taylorista-keynesianistas entram em colapso ou começam a se diluir em novas formas de acumulação, trabalho e produção. Vamos sintetizar e organizar a posição de alguns autores que compõem a literatura sobre o assunto, e que procuram antecipar ou mesmo prever o “novo” na economia e sociedade mundiais. Os rótulos que comumente se aplicam ao período que se estende pelos últimos 30 anos, e que particularmente retratariam os dias presentes, são representados por conceitos como “pós-fordismo”, “neo-fordismo”, “especialização flexível”, “sociedade pós-industrial”, “capitalismo tardio”, “novo capitalismo” e “economias de signo e espaço”, entre outros que não mencionamos aqui. Parte destes rótulos foram – e ainda são – criados a partir de perspectivas teóricas particulares sobre a história, sobre o capitalismo, sobre as formas de acumulação, formas de produção, formas de organização social, formas de emprego e trabalho, e formas de encarar a atividade do Estado face à economia de mercado.

Como vimos acima, três grandes grupos de abordagens tentam explicar as mudanças no referido período. Outros autores, não exatamente pertencendo a uma ou outra destas abordagens, também contribuem para o debate e para o refinamento conceitual dos termos utilizados. De uma maneira ou de outra, por detrás destes rótulos há a idéia de que algo de *novo* está acontecendo. Este “novo” pode ser tanto sinônimo de uma *ruptura radical* quanto pode ser uma *revalorização* de antigas práticas e hábitos. Ou seja, a extensão da palavra *novo* pode recobrir tanto *transformações* de longo alcance (tanto do ponto de vista das reformulações implicadas, quando do ponto de vista do tempo envolvido) quanto transformações de médio alcance, transformações mais redescritivas, reelaborativas e reativas do que propriamente inaugurantes de algo absolutamente inédito. Algumas destas abordagens e teorias partem de uma explicação mais “abstrata” do que se passa no mundo do trabalho e do capital; outras tomam um viés mais econômico, mais atrelado a fatos concretos e “reais”. Uma têm um espectro de análise mais macro; outras, pelo contrário, focalizam mais em discussões micro-estruturais. Em vista disso, Amin (1997) apresenta os desdobramentos das análises sobre o futuro da sociedade pós-fordista em função dos seguintes vetores, tendo como pano de fundo as três abordagens apresentadas acima: *novos desenhos macroeconômicos*; *novas sociologias e geografias da organização industrial*; e *vida e estilos de vida no mundo pós-fordista*.

### **Novos desenhos macroeconômicos**

Os regulacionistas e os neo-schumpeterianos são as duas abordagens mais enraizadas no econômico, e mais orientadas em direção a uma análise da economia como um todo (produção, distribuição e trocas). Os neo-schumpeterianos consideram que as tecnologias da informação (produtos baseados em microeletrônica, processos e comunicação via redes) estão por detrás do paradigma atual de produção

e trabalho. As tecnologias da informação são as responsáveis pelo surgimento de um novo período de crescimento e produtividade, incrementando a produção ao reduzir seus custos e ao criar novas indústrias com altos níveis de demanda, além de reduzir as limitações de tempo e espaço que eram características das empresas da era fordista. Novas formas de gerenciamento também são introduzidas, fazendo surgir um novo conjunto de relacionamentos intersetoriais e inter-empresas. O novo período do capitalismo, na visão dos teóricos desta abordagem, é caracterizado por uma intensiva utilização de conhecimento e inovações com base nas novas tecnologias de informação (computadores, bens capitais eletrônicos, *software*, telecomunicações, robótica, bancos de dados eletrônicos e serviços de informação). Este período envolve um deslocamento de ênfase na produção, partindo das economias de escala (rígidas tecnologias e compartimentalização) em direção a “economias de escopo” (sistemas de manufatura flexíveis e integração de *design*, produção e *marketing*); envolve, também, o desenvolvimento de novas formas de inter e intra colaboração organizacional baseadas em novas redes de computadores (emergência de novos padrões de trabalho, como o *tele-trabalho*, trabalho em casa, e horas flexíveis); e envolve nos padrões de consumo, tais como *tele-shopping*, compras pela internet, serviços de *delivery*, e consumo baseado em formas de tecnologia remota, ou distante (que não deixa de ser o caso da internet) (Amin, 1997).

Em resumo, aponta Amin (1997), a visão dos neo-schumpeterianos é a de uma “nova macroeconomia cibernética”. Eles, apesar de não assumirem a inevitabilidade do modelo, destacam, sobretudo no ângulo governamental, uma série de precauções e resoluções que devem ser tomadas a fim de se viabilizar a passagem para este paradigma tecnológico. Os governos teriam, nesta visão, a função de oferecer um pacote de políticas de suficiência em termos de educação, infraestrutura (como mega projetos de telecomunicações, transportes, elétricos, aéreos etc.), suportes para a instalação de novas indústrias (subsídios, concessões, taxas e impostos “camaradas” etc.), e um plano de ação para incentivar uma mudança de cultura, de mentalidade e disposição para se aceitar, se compreender e se praticar as novas regras de gerenciamento e administração implícitas nas, e pressupostas pelas, novas formas de produção. Como destaca Amin (1997): “De fato, as mudanças culturais ao longo do espectro institucional são colocadas como um dos requerimentos essenciais para a consolidação da nova ‘economia de informação’” (p. 17).

Por outro lado, os teóricos da abordagem da regulação, apesar de reconhecerem que uma nova revitalização do capitalismo exija uma mudança radical dentro do regime de acumulação e do modo de regulação, eles são mais cautelosos com o emprego de certos prefixos àquilo que viria após o fordismo. Segundo os regulacionistas, a alternativa ao fordismo emergirá do embate dialético entre as formas rivais que, sob experimentação, estão em curso atualmente. É por isso que, segundo Amin (1997) e Peet (1991), os teóricos pertencentes a esta abordagem relutam entre alguns nomes para a era que vem após o fordismo, hesitando entre ‘neo-fordismo’ (o que ressalta um forte elemento de continuidade

com o fordismo), ‘*pós-fordismo*’ (indicando uma solução autêntica à crise do fordismo) e ‘*after-fordismo*’ (designando um período após o fordismo, ao invés de designar uma ruptura radical com ele). Esta última posição é a de, por exemplo, Peck e Tickell (1997). Para estes dois últimos autores, não se pode falar, *ainda*, de um “regime de acumulação pós-fordista”, pela simples razão de que tal sistema *ainda* não foi completamente identificado. Como vimos, os “regimes de acumulação” se referem a uma junção entre sistemas de acumulação e modos de regulação social, isto é, a “caminhos de desenvolvimento institucionalmente específicos – definidos em termos de fases e padrões de desenvolvimento – que são caracterizados por crescimento econômico e sob os quais tendências (imanescentes) de crise são contidas, mediadas ou, pelo menos, adiadas” (p. 284)<sup>5</sup>. Quando não há uma continência, quando as instituições são “excedidas” pela força da crise, então há uma quebra no sistema de acumulação. Nessa visão, as crises não são apenas o sinal do declínio terminal do capitalismo, mas um fator de “rejuvenescimento” para o processo de acumulação. A posição de Peck e Tickell (1997) é apontar que o capitalismo sempre viveu de crises, e sempre as superou; o mais importante, para eles, é iluminar o *macronível* por detrás destas mudanças, a fim de se analisar as questões acerca da *sustentabilidade* das diferentes opções de desenvolvimento.

Há, entretanto, regulacionistas menos cautelosos com respeito à antecipação ou mesmo análise do período que se segue ao fordismo. Por exemplo, Hirsch e Esser (1997), analisando os padrões dominantes de reestruturação produtiva na Alemanha, chegaram a cinco conclusões pessimistas sobre o referido período “pós-fordista”. A primeira é o crescimento de um trabalho baseado em tecnologia, representando desemprego, segmentação de trabalhadores e marginalização; segundo, uma vigorosa industrialização do setor de serviços, representando mudanças na estrutura social em direção aos estratos *white-collar*<sup>6</sup> e a erosão das identidades coletivas via o uso de novas tecnologias; mobilidade forçada para os trabalhadores, que têm de acompanhar as ondas de investimentos que podem hoje estar num lugar e amanhã em outro, o que se pode chamar de “geografia da mobilidade do emprego”, resultando na fragmentação da família e dos laços comunitários; crescimento da pluralização dos estilos de vida sociais, resultantes das transformações operadas por estes fatores. Este último ponto é também partilhado por Beck e Beck (2002), dois sociólogos alemães que, como veremos no Capítulo IV, imputam as novas formas de individualização às transformações operadas no tecido social pelos processos de “desencaixe”, tais como esse do emprego desespecializado e desterritorializado.

---

<sup>5</sup> Como destacam Peck e Tickell (1997), citando Jessop e Aglietta: “Para os regulacionistas, é o modo de regulação social que define ‘o contexto no qual a reprodução econômica expandida ocorre’. O modo de regulação social, que compreende um conjunto complexo de normas e hábitos sociais, formas de estado, estrutura e práticas, costumes e redes, e compromissos institucionalizados, regras de conduta e leis que têm de ser cumpridas, representa um conjunto de relações sociais codificadas que têm o efeito de orientar e sustentar o processo de acumulação” (p. 285).

<sup>6</sup> Os *white-collars* são os trabalhadores que realizam atividades no setor de serviços. São o contra-ponto dos *blue-collars*, que são os trabalhadores industriais, isto é, os operários.

Para Hirsch e Esser (1997), bem como para Dupas (1999) e Pochmann (2002), o que eles chamam de “acirramento do controle monopolista” e do governo da economia é uma clara marca de discernimento sobre o período “pós-fordista”. Como vimos no início deste capítulo, ao apresentar os pontos de vista de Dupas e Pochmann, é enfatizado o papel das tecnologias avançadas na integração inter-empresas e inter-indústrias, das novas redes de pequenas empresas (sobretudo quando satelizam as grandes transnacionais por meio de terceirizações e da execução de serviços com baixo índice de *expertise*), e dos processos de concentração e coordenação internacionais nas mãos de grandes empresas transnacionais e de grandes instituições financeiras. Enfatizam, igualmente, o enfraquecimento dos sindicatos enquanto instituições “regulatórias”, e a rearticulação dos serviços do estado de bem-estar social e seu posicionamento face aos grupos econômicos ativos na sociedade. Para outros regulacionistas, entretanto, apesar de haver manifestações claras e materializadas da derrocada do fordismo, ainda não podemos falar de um pós-fordismo estável, pois não houve a formação de um “modo de societalização” consistente o suficiente para fazer com que as novas “regras do jogo” sejam jogadas (Jessop, 1997).

Por fim, conclui Amin (1997), os regulacionistas em geral vêm se mostrando propensos a imaginar cenários pós-fordistas que são antes diferentes do que extensões do fordismo. Do ponto de vista macroeconômico, portanto, duas posições, não exaustivas, emergem dentre aquelas que advogam uma *ruptura*, sobretudo pelo viés das novas tecnologias, e os que, ao contrário, ou relutam em aceitar em absoluto uma *ruptura*, ou aceitam novas formas de acumulação do capital que passa por dispositivos mais flexíveis, porém mantendo as tensões inerentes ao processo de acumulação, agora internacionalizado e “flexibilizado” e criando novas segmentações e novos agentes econômicos (e novas exclusões, desfiliações etc.).

### **Novas sociologias e geografias da organização industrial**

Apesar de os teóricos da abordagem da especialização flexível também terem suas posições sobre as tendências macroeconômicas que se segue ao fordismo, eles são melhor conhecidos por suas análises da mudança paradigmática na natureza do trabalho e das organizações industriais. Apesar de mencionarem a contingência do curso de ação das coisas, acreditam que, ao se comparar com uma produção de massa, não há muitas dúvidas de que nos encaminhamos para uma especialização flexível. A especialização flexível é proposta como o melhor modelo industrial capaz de produzir bens para mercados cada vez mais especialistas e voláteis, além de garantir uma melhor qualidade e um conseqüente crescimento econômico. O pressuposto fundamental deste modelo, desenvolvido primariamente por Piore e Sabel (1984), é a dependência de habilidades, flexibilidade e formação de redes entre unidades especializadas em tarefas a fim de produzir volumes mutantes e combinações de bens sem incorrer em

perdas de produtividade. O tipo-ideal, lembra Amin (1997), “consiste de um conjunto de arranjos organizacionais que podem sustentar este princípio” (p. 21).

O primeiro aspecto destes arranjos é a divisão de tarefas dentro do círculo de produção entre unidades especializadas que funcionam de maneira autônoma ou entre firmas independentes. São as famosas “células” de produção, em que se aproveita ao máximo as especializações ao mesmo tempo em que agregando ao produto final, que assim sai com uma alta qualidade e diferenciação. Outro aspecto, resalta Amin (1997), é a integração entre pesquisa e *design, management*, e trabalhadores *white-collar* e *blue-collar*. O objetivo disto é aumentar o tempo de reação ao mercado, maximizando a criatividade. Outro aspecto importante é uma onda reversa ao fordismo, no sentido de incentivar uma grande dependência das habilidades, polivalência, participação entre os trabalhadores e colaboração na busca da qualidade e do fluxo de idéias e know-how – isso é exatamente o contrário do fordismo, onde imperava uma semi-qualificação maciça da massa de trabalhadores, quando não uma desqualificação, na medida em que não havia incentivo, nem para a participação, nem para a formação educacional que garantisse incremento de habilidades e *expertises*. Um quarto aspecto é a descentralização da tomada de decisão, uma descentralização da autoridade e uma horizontalização da hierarquia, que no fordismo era sinônimo do poder. A finalidade disso, na opinião dos teóricos desta abordagem, é a de evitar a alienação dos trabalhadores, mas também disseminar a responsabilidade e o comprometimento com as células produtivas autônomas. O quinto aspecto é o desenvolvimento de tecnologias com múltiplos propósitos (por oposição às tecnologias de uso específico a determinadas tarefas na época fordista). Tais tecnologias podem ser usadas em diversas situações e para diversas finalidades. Basta lembrar do uso do computador, que, apesar de não ser “parte integrante” da produção, passa a intermediá-la completamente, homogeneizando as ferramentas produtivas. Um aspecto final desta vertente é a disseminação de uma cultura de cooperação e confiança entre empresas e atores econômicos.

Este último aspecto é um aspecto de poderoso teor diferenciador em relação ao fordismo e mesmo a versões do pós-fordismo, na medida em que advoga uma maior “humanização” do trabalho e do local de trabalho, indo contra sua atomização (produção em série), e favorece a colaboração, a participação, o compromisso, o envolvimento, novas relações industriais democráticas, o respeito mútuo, as relações de confiança entre empregados e empregadores etc. (Amin, 1997). Esse modelo substituiria o modelo de participação democrática do fordismo, calcada na representação coletiva (sindicados, negociações corporativistas etc.), para um modelo de interação social e comportamento político, isto é, uma participação mais micropolítica e “customizada” (Neri & Lazzarato, 2001). Os exemplos dados em corroboração a estas pressuposições são as “tecnópolis” como o Vale do Silício, as indústrias de alta tecnologia e tecnologia de ponta, e os distritos industriais baseados em artesanato, tal como na chamada “Terceira Itália” (Cocco, Urani & Galvão, 1999).

Outra característica importante dentro desta perspectiva é a ruptura que o modelo da flexibilização (com a paralela degradação do fordismo) provocou em relação à geografia das corporações que predominaram no período fordista (grandes e monumentais corporações verticalmente integradas). A crise do modelo fordista representaria uma transição geral em direção à especialização e a redes horizontais inter-empresas como resposta à incerteza gerada pela transição de paradigmas. A geografia da desintegração vertical pode envolver a internacionalização da produção, embora se continue enfatizando a importância das regiões de grande aglomeração industrial (sobretudo com base em redes tecnológicas e de parcerias). Mas, como demonstram Amin e Malmberg (1997), as novas formas de desintegração vertical das empresas e de fusões têm dependido da globalização de suas atividades a fim de aumentar a lucratividade e eficiência. “Então”, concluem eles, “o desenvolvimento das geografias globais, ao invés da aglomeração local, é considerada como a força motora chave para além do fordismo” (p. 25).

Muitas críticas têm sido endereçadas a estas perspectivas da especialização flexível. A primeira das críticas afirma que o tipo de “democracia artesã” (Piore, 1990; Sabel, 1992; 1997), baseada na cooperação entre trabalho e *management*, não é a única solução possível à “crise” do fordismo. Leborgne e Lipietz (1988) identificam três outras soluções: a primeira pode ser chamada de solução “neotaylorista”, que vem à tona num contexto de representações trabalhistas fracas, envolvendo controle hierárquico do trabalho, uma rígida divisão de tarefas e nenhum envolvimento do trabalhador; uma solução “californiana”, exemplificada pelo modelo de não sindicalização do Vale do Silício, salários flexíveis e identificação dos trabalhadores com a cultura da empresa; e uma solução “Kalmariana”, que segue o exemplo da experiência sueca de combinar um envolvimento negociado, barganha coletiva, salários rígidos e flexibilidade de trabalho. A observação de Leborgne e Lipietz é que, no campo da organização do trabalho, as soluções são criadas em função de tradições sócio-culturais e equilíbrios de poder específicos. Outra crítica diz respeito às práticas das empresas que envolvem a realocação da produção em mercados de trabalhos mais vantajosos (em termos de mão-de-obra e outros tipos de benefícios), a individualização dos assalariados, a flexibilidade de tarefas e outras formas de erosão da solidariedade dos trabalhadores. Tais práticas simbolizariam, afirmam alguns críticos (Amin, 1997; Dupas, 1999; Elger, 1991; Marginson, 1991; Pochmann, 2001; Pollert, 1991), um motor permanente para a flexibilidade e eficiência baseada na fragmentação do mercado de trabalho.

### **Vida e estilos de vida no mundo pós-fordista e pós-moderno**

Este é o último ponto sumariado no texto de Amin (1997). De longe é o que mais nos interessa nesta tese, pois, em nosso modo de ver, nele se mesclam pontos de suma importância para se compreender o

modo como o trabalho está hoje se configurando, sobretudo em função dos três vetores que foram apresentados aqui enquanto três abordagens ao problema do fordismo. Poderíamos dizer, neste momento, que estes três vetores de força criaram um significativo campo de produção de sentidos em nossa época, migrando das pesquisas científicas de economistas e cientistas políticos (dentre outros atores) para os discursos correntes, para as práticas lingüísticas, para os jogos de linguagem, jargões, dialetos e lugares-comuns do pensamento administrativo, afetando, direta ou indiretamente, a vida de todas as pessoas nas grandes cidades do ocidente. É importante repetir, mais uma vez, que tais vetores não são os únicos; não recobrem toda a problemática, que também penetra em temas da sociologia, da psicologia e da política. No entanto, servem de bom ponto de partida para entendermos as novas formas de organização social que têm surgido nestes últimos anos. Nessa tese, o fundamental é entender como a cultura da “nova ordem capitalista” faz diferença em nosso senso de criaturas sociais e psicológicas, nosso senso de nós mesmos. Esta é a chave. E as previsões sobre o futuro da sociedade pós-fordista são diversas, cada uma ligada a sua própria estrutura conceitual, a sua filiação e compromissos.

Muitas das transformações associadas ao período atual, e que, como vimos, teriam se iniciado no final da década de 60, costumam ser pensadas em função de dois grandes determinantes, cada um dos quais com suas complexidades, particularidades e foco: o primeiro, e que acaba de ser apresentado, é o *pós-fordismo*. O segundo, que ainda não foi tocado diretamente neste capítulo, é o *pós-modernismo*. Normalmente, na literatura acadêmica, o pós-fordismo é associado com mudanças institucionais e econômicas, e a palavra pós-modernismo é associada com mudanças culturais e/ou sociais. O pós-fordismo implica, como vimos, em revoluções tecnológicas, em mudança de paradigmas ou em reajustes no sistema de regulação e nas formas de acumulação do capital, que podem resultar, tanto em etapas mais vigorosas de desenvolvimento e crescimento econômico, como em novas formas sociais e institucionais (formas de regulação). O pós-modernismo, por sua vez, se expõe em vários ângulos. Por exemplo, no ângulo *filosófico*, ao manifestar a “crise” do sujeito que nasceu com o advento da modernidade; no ângulo *sociológico*, ao explorar a “crise” das instituições tradicionais desta mesma modernidade, junto com suas formas de socialização, regras de condutas e demais controles do comportamento individual e social. Outra área explorada pelos pós-modernistas é o campo dos *signos*. Para muitos destes teóricos, os objetos são esvaziados de seus significados, de sorte que podem, pela *imagem* e pelo *design*, assumir tantos sentidos quanto puderem ser criados (Lash & Urry, 1999). O pós-modernismo, de uma forma geral, exulta as novas constituições de sentido que brotam de uma época destradicionalizada e desterritorializada (Neri & Hardt, 2001).

Alguns autores, como por exemplo Harvey (1989), Jameson (1999) e Neri & Hardt (2001), identificam o discurso pós-moderno como um discurso que reproduz a “lógica cultural do capitalismo tardio”, ou que reforça a “ideologia do mercado mundial”. Ao enfatizar a flexibilidade, a perda de referenciais,

a mobilidade espacial, a desconexão do tempo linear, a intolerância da doutrina das pressuposições e dos fundamentos; ao dizer que o discurso não tem “centro”, que não tem começo, sendo sempre determinado por um “texto” maior (tudo o que falamos é um momento numa corrente ou num contexto mais amplos); ao declarar o esgotamento dos sistemas, das ontologias e das metafísicas como conceitos não mais sustentáveis; ao criticar os discursos “primários” (no sentido de anterior a qualquer outro), que se apóiam em grandes narrativas-mestras; ao insistir sobre o fim dos “binários modernos” e identidades modernas; ao incentivar o pluralismo e a multiplicidade; ao ressaltar a estetização da existência e das mercadorias; ao decretar o fim do pertencimento de classe, e uma mudança de políticas de identidade (classe) para políticas da *diferença*; o discurso pós-moderno pode estar corroborando e impulsionando as transformações por que vem passando o mundo atual, muitas das quais sinalizadas anteriormente a propósito das análises do pós-fordismo. No entanto, mais fundamental é apontar o fato de que o pós-modernismo não é apenas uma teoria sobre estética, arquitetura, urbanismo, estilos de vida, isto é, sobre a *cultura* de um modo geral; há, como aponta Hall (1988; 2001), uma imbricação entre o discurso pós-moderno e o discurso pós-fordista, isto é, entre econômico e social, entre econômico e psicológico (Lash & Urry, 1999; Sennett, 1997; 1999; 2000) e entre “ideologia” e mercado. Esta última imbricação se expressa na seguinte colocação de Neri e Hardt (2001):

“Muitos conceitos caros aos pós-modernistas e aos pós-colonialistas encontram perfeita correspondência na ideologia atual do capital corporativo e do mercado mundial. A ideologia do mercado mundial sempre foi o discurso antifundacional e antiessencialista por excelência. Circulação, mobilidade, diversidade e mistura são as condições que a tornam possível. O comércio junta as diferenças, e quanto mais, melhor! As diferenças (de mercadorias, de populações, de culturas e assim por diante) parecem multiplicar-se infinitamente no mercado mundial, que não ataca nada com tanta violência como as fronteiras fixas: ele esmaga qualquer divisão binária com suas infinitas multiplicidades” (p. 168).

Esta ligação entre os discursos pós-modernos e as mudanças advindas do pós-fordismo nem sempre são feitas, e assim se produz um tipo de discurso que ajuda outro – no caso, os pós-modernistas abrem caminho para os pós-fordistas. Mas, em nosso modo de ver, esta distinção ainda é uma distinção “moderna”, no sentido de que já não é mais possível se falar de “campos distintos”, tais como o campo “da economia” e o campo “da sociologia” ou psicologia etc. Negri e Hardt (2001), apesar de reconhecerem o caráter de abrangência *total* do capitalismo sobre as formas de vida, reconhecimento que fazem ao introduzir a noção de *biopoder* (o capitalismo estaria encravado na maquinaria de produção da vida, em seu mais amplo sentido), ainda parecem relutar em aceitar a *imbricação* dos vocabulários econômico e político, econômico e social etc. Esta imbricação não é uma em que as partes mantêm sua individualidade ao interagirem umas com as outras; é uma imbricação no sentido de que uma é alterada, formada e re-formada pela outra. É aqui que se romperiam os binários da modernidade, também res-

saltados por Neri e Hardt (2001). Por exemplo, o binário concepção x produção; dentro x fora; imagem x realidade; trabalho x não-trabalho; material x não-material, e assim por diante. Ao enfatizar a *desterritorialização* dos discursos, a pós-modernidade cria uma situação em que várias esferas da vida, antes separadas, passam a formar um único mosaico. Como diz Hall (1988):

“Se o ‘pós-fordismo’ existe, então ele é tanto uma descrição da mudança cultural quanto da econômica. Na verdade, essa distinção é hoje absolutamente inútil. A cultura deixou de ser, se o foi alguma vez, um adendo decorativo ao ‘mundo *hard*’ da produção e das coisas, o glacê no bolo do mundo material (...) Por meio do *design*, da tecnologia e do *styling*, a ‘estética’ já penetrou no mundo da produção moderna. Por meio do *marketing*, do *layout* e do estilo, a ‘imagem’ provê o modo de representação do corpo sobre o qual boa parte do consumo moderno depende” (p. 28).

Nesta tese, trabalhamos com o pressuposto de que o elo de ligação entre “pós-fordismo” e “pós-modernismo” se visualiza nas formas de subjetivação que tomam vôle nestes últimos trinta anos. Em nosso modo de ver, a subjetividade é a grande *dobradiça* sobre a qual giram diversos discursos e formas lingüísticas, alimentadas por estas duas grandes linhas de força ou paradigmas. É também ao redor destes dois paradigmas que poderíamos situar um debate sobre os aspectos “mais” ou “menos” determinantes da subjetividade: se as condições materiais, institucionais e macroestruturais, ou se os gostos, hábitos, desejos e outros conceitos que à primeira vista podem ser desprovidos de qualquer conteúdo “empírico”. No entanto, a partir da ótica neopragmática, é um não-problema este de se a subjetividade possui mais ou menos elementos “concretos”. Mas há outras soluções. A solução encontrada pelos regulacionistas, como vimos acima, é subordinar os componentes da subjetividade social – e pessoal – aos dispositivos de regulação do modo de produção capitalista. Os teóricos da flexibilização levam, por outro lado, a subjetividade no cerne mesmo do trabalho, ao advogar a participação, a implicação, o comprometimento, a cooperação, o afeto, a criatividade, e a formação de redes de trabalhadores autônomos, flexíveis e capacitados. Já para os neo-schumpeterianos, a subjetividade se formaria à luz das transformações tecno-informacionais do presente, que introduzem novas formas de pensar, novos hábitos, novas mentalidades e conceitos. E a solução de outros autores, como Negri e Hardt (2001) e Negri e Lazzarato (2001), é dizer que o “trabalho imaterial” não apenas se reproduz na forma de exploração, mas na forma de produção de subjetividade, à medida que definem novas relações de poder e controle.